

## **Número do Candidato**

157

## **Natureza da Emenda**

Aditivas: são acréscimos representados por novas teses não constantes do Livro 5

### **Insira o texto da nova tese. (Aditiva)**

É necessário ter como prioridade a garantia dos direitos da população LGBTQIA+ por meio da criação de leis federais a partir da atuação do Congresso Nacional, a fim fortalecer e assegurar na prática tais direitos. Para a garantia efetiva de tais direitos, torna-se preciso a correção da jurisprudência responsável por esses, já que são atestados apenas por decisões jurídicas do Supremo Tribunal Federal, apesar de serem competência do poder legislativo e não judiciário.

### **Justificativa (Aditiva)**

A população LGBTQIA+ foi historicamente marginalizada, pois sofreu diversas perseguições. Infelizmente, essa parcela da população sofre até os dias de hoje, com a perpetuação de preconceitos e, principalmente, com a falta de leis federais que garantam seus direitos, dificultando o acesso a esses na prática. Assim, é indispensável que o Partido Socialista Brasileiro (PSB), representante da esquerda moderna e defensor da igualdade, lute no Congresso Nacional pela criação de leis que assegurem os direitos de todas as sexualidades.

Em primeiro plano, é preciso compreender que os avanços relacionados aos direitos LGBTQIA+ foram realizados apenas por meio de decisões jurídicas do Supremo Tribunal Federal (STF), ou seja, não existem leis federais que assegurem esses direitos. Nesse sentido, a tripartição do poder que é aplicada no Brasil e defendida pelo filósofo iluminista Montesquieu, foi desrespeitada, já que é jurisdição do poder legislativo e não do STF a criação e alteração de direitos e leis. Desse modo, é necessário garantir tais direitos por meio da criação de leis e seguir a separação dos 3 poderes, a qual é essencial à democracia.

Além disso, as decisões jurídicas não são 100% efetivas e por isso são necessárias ações do poder legislativo que assegurem na prática os direitos LGBT. Dessa maneira, cabe ao PSB priorizar a criação de leis federais, assumindo uma postura diferente dos demais partidos que se eximem da luta por tais direitos devido ao receio de perder votos de conservadores, com a justificativa de que já existem as decisões do Supremo.

Portanto, fica evidente que as decisões do STF, apesar de possibilitarem conquistas como o casamento homoafetivo e a criminalização da homofobia, não são de sua jurisprudência, já que a criação e alteração de leis é competência do poder legislativo e não do judiciário. Logo, é imprescindível que o PSB tenha como prioridade a criação de leis federais que garantam na realidade do dia a dia os direitos LGBTQIA +.